

As Consequências Políticas do Pós-Guerra em Setúbal: da “Monarquia do Norte” à Evolução Eleitoral (1919-1922)

Diogo Ferreira

Instituto de História Contemporânea, FCSH-UNL

1. Introdução

O Armistício assinado a 11 de novembro de 1918 não representou a interrupção do conjunto de dilemas que o Estado e a sociedade portuguesa enfrentaram durante a Grande Guerra: crise de abastecimentos e fome de “subsistências”, desordem e motins populares, instabilidade política ou crónica dependência externa em diversos parâmetros económicos. De facto, estas questões prolongaram-se no tempo, motivando profundas transformações no seio do regime republicano. “Era, na realidade, uma nova República, assente em novas realidades económicas, grávida de conflitos sociais e políticos sem precedentes – os conflitos da modernidade do pós-guerra –, servida por novos quadros políticos forjados na crise” (Rosas, 2010, p. 410). As metamorfoses partidárias verificadas nestes anos, nomeadamente a fundação do Partido Liberal – fusão de evolucionistas e unionistas – e o surgimento da cisão correspondente ao Partido Reconstituente são exemplos do clima de discussão e mutabilidade que marcaram os derradeiros tempos da Primeira República.

Este texto procura contribuir para uma visão mais profunda sobre a forma como o concelho de Setúbal¹ viveu os efeitos políticos do pós-guerra, uma vez que a literatura histórica setubalense ainda os não abordou com o devido detalhe. Apenas se podem referir as investigações de Albérico Afonso Costa que abordam, até certo ponto, alguns destes assuntos. Os objetivos definidos para este artigo partem da breve reconciliação estratégica entre movimento operário e os republicanos contra a “Monarquia do Norte”, passam pela análise dos debates e simbolismos das disputas partidárias durante as eleições para a Câmara dos Deputados de 1919, 1921 e 1922 e culminam com a definição dos significados dos atos eleitorais que envolveram os destinos do município. Não querendo impor uma visão determinista, será demonstrado como a construção e consolidação de um bloco anti-Partido Republicano Português (PRP) na região serviu de plataforma de desgaste do republicanismo e para a afirmação de um amplo grupo político que esteve nas raízes do 28 de maio.

1 Entre 1855 e 1926, Palmela integrou o concelho de Setúbal como freguesia rural. Assim, os seus votos fazem parte das tabelas apresentadas ao longo do texto.

2. Setúbal no Quadro do Pós-Guerra: a Continuidade na Rutura

Entre o final de oitocentos e o início do século XX, Setúbal tornou-se numa das mais importantes cidades do país. Segundo os censos da época, o atual concelho passou de 21.252 residentes, em 1890, para 41.131 habitantes em 1920, praticamente dobrando a sua população. Este dinamismo foi motivado pelo *take-off* do sector conserveiro que, a partir da década de 1880, foi impulsionado pelo esgotamento do *stock* de sardinhas na costa da Bretanha, obrigando os industriais franceses a relocizarem as suas fábricas noutras regiões. A oferta de emprego potenciou um interessante *boom* migratório interno. (Valente, 1981, p. 619)

Com o surgimento de dezenas de fábricas de conservas foi sendo construído um numeroso, sólido e politizado operariado onde pontificava o anarco-sindicalismo e o socialismo. O elevado grau de luta reivindicativa proporcionou a autodenominação da cidade como “Barcelona Portuguesa”, não surpreendendo que tenha sido um importante bastião anti-monárquico até ao 5 de outubro.

Uma pequena cidade industrial, com um forte pendor revolucionário, foi o palco que a Grande Guerra encontrou em 1914. O conflito transformou indelevelmente Setúbal, despertando desilusão perante a República, vivenciando a transitoriedade e ilusória riqueza proporcionada pelo sector conserveiro e, mais importante, deixando cicatrizes sociais impossíveis de sarar. O *boom* na indústria de conservas, cuja exportação aumentou extraordinariamente, foi estimulado pelo facto de as latas de conservas serem um meio barato de alimentar as tropas nas trincheiras. O panorama político, económico e social setubalense nestes anos ficou marcado pelos efeitos nefastos que teve na vida quotidiana: “Deste modo, não se exagerará ao dizer que a Setúbal da guerra é também a Setúbal em guerra. Açambarcamentos, mercado negro, salários escassos para preços que todos os dias subiam com a inflação, prisões, deserções, protestos e manifestações contra a participação de Portugal no conflito” (Costa, 2012, p. 67).

O pano de fundo do pós-guerra na região foi caracterizado, não por uma rutura, mas pela continuidade das dificuldades no dia-a-dia da comunidade a que vieram acrescer o início do declínio conserveiro. As consequências económicas e sociais do pós-guerra inauguraram, por um lado, o início de um longo processo de refluxo económico na região. A hipertrofia da indústria de conservas de peixe, gerada pelo fim das constantes necessidades externas de consumo como se verificara durante a Grande Guerra, a queda abrupta dos preços do sal e as intermitências da pesca que – sem inovação tecnológica e com redução de matéria-prima – colaboraram para o aumento do desemprego e da fome. Para isto basta observar a redução do número de unidades fabris que passaram de cerca de 130 em 1920 para cerca de 63 em 1928. A interdependência destas áreas de atividade económica ampliaram rapidamente a recessão que se prolongou até aos anos 40.

Por seu turno, para além das dezenas de comícios contra a “carestia de vida” e dos elevados índices de criminalidade, as greves continuaram a multiplicar-se, tendo ocorrido cerca de duas dezenas entre 1919 e 1922. O despertar da “Barcelona Portuguesa” atingiu o seu auge durante a greve-geral de 1922, que durou mais de 70 dias, entre 18 de setembro e 30 de novembro. Exigindo aumentos salariais entre os 30% e os 40%, uniu todos

os trabalhadores do mundo conserveiro e ativou redes de solidariedade que lhes permitiu lutar mais de dois meses. O processo reivindicativo chegou a radicalizar-se com ataques bombistas. Esta greve, no longo-prazo, representou uma experiência traumática para o movimento operário setubalense, que não conseguiu fazer valer os seus objetivos, perante um patronato intransigente que conseguiu um dos seus longos desejos: contratação livre das associações de classe (Costa, 2011, pp. 272-273).

Os obstáculos provocados pela crise nos abastecimentos também se perpetuaram: “Solicito que seja fornecido, com a maior brevidade possível, a remessa de farinha (...) visto estar a acabar a existência, provocando esta falta excitação de ânimos, dando lugar a bichas e protestos de toda a natureza. (...) as classes operárias lutam com a maior das misérias”.² As “revoltas da fome”, ocorridas no verão de 1920, simbolizaram o pico de reivindicação social em face do extraordinário encarecimento do custo de vida. Mais de 1.800 setubalenses, a 8 de julho, saquearam fazendas e estabelecimentos comerciais, obrigando à intervenção das forças militares. A 10 de setembro, depois do operariado ter votado uma greve-geral de protesto, novos assaltos forçaram à declaração de estado de sítio (Arranja, 2009, pp. 82-90). Em suma, esta cidade esteve em clara efervescência política, encontrando-se cada vez mais unida em “baixo” e por “cima”, ainda que por razões distintas, contra o PRP. Talvez por isso se verificará como periódicos como *O Setubalense* tenham estado ao lado das “listas do concelho” que se opuseram ao Partido Democrático nas eleições municipais.

3. A Evolução Política Municipal no Pós-Guerra

3.1. Entre a “Monarquia do Norte” e o Retorno ao *Statu Quo* Pré-Sidonista

O período referente à implantação da “Monarquia do Norte”, balizado entre 19 de janeiro e 13 de fevereiro de 1919, representou na cidade do Sado um breve momento de reconciliação entre o movimento operário anarco-sindicalista e socialista e a elite republicana. Em certa medida, repetiu-se a edificação do bloco social de apoio do 5 de outubro, cujo divórcio se tinha consumado aquando dos assassinatos de Mariana Torres e Adelino Mendes às mãos da futura Guarda Nacional Republicana.

Sob o pseudónimo *Marius*, o jornal *O Trabalho* – vinculado ao Partido Socialista – tomou rapidamente uma posição que ia ao encontro dessa reconciliação estratégica. Apesar de reconhecer que a República não tinha cumprido os desígnios expectáveis pelo operariado, perante a “Monarquia do Norte” “o nosso posto é ao lado da família republicana, não porque a forma política actual satisfaça por inteiro as nossas aspirações, d’um republicanismo integral e puro, mas porque as instituições democráticas, d’uma maneira transitória, nos podem servir como plataforma para a consecução de um organismo superior, na ordem económica e social”.³ Após o triunfo das forças republicanas, o mesmo periódico tinha um discurso transparente: “A República triunfou. Defendemo-la com unhas e dentes, mas não cometamos excessos, exageros e violências. (...) Consoli-

2 Citado a partir de Costa (2011, p. 267).

3 Marius, “Momento Crítico” in *O Trabalho*, n.º 803, 25.01.1919, p. 1.

dando a ordem, consolidaremos a República. (...) E, sobretudo, trabalhemos para que a República se torne progressiva e social”.⁴

Em pleno rescaldo deste verdadeiro período de guerra civil e do retorno à coordenação das instituições por parte dos republicanos, o administrador do concelho de Setúbal dirigiu-se ao administrador do concelho de Sesimbra, em 12 de julho, onde resumia as motivações para esta conveniente aliança: “Apresentando a V. Exa. as classes operárias de Setúbal (...) É gente simples, boa e laboriosa, que possuindo ideias mais avançadas do que a República, não se deixam iludir pelos inimigos delas e, quando a veem em perigo, são os primeiros a apresentar-se em sua defesa. A razão é simples. É que o regresso da Monarquia seria para eles o abafamento das suas liberdades e o atraso da realização das suas ideias”.⁵ A descrição das celebrações do aniversário da República, são também, neste ponto de vista, claras.⁶

Em menos de dois meses, decorreram três comícios e manifestações públicas anti-monárquicas. No início de fevereiro, *A Mocidade* já anunciava que iam decorrendo “diversas manifestações de regozijo nesta cidade por as tropas fiéis ao governo terem batido as tropas revoltosas”.⁷ A 22 de janeiro, em plena Praça do Bocage, o comandante militar de Setúbal e o diretor do jornal *O Setubalense*, Luís Faria Trindade, lideraram as hostes do evento. A 23 de março, no teatro Isabel Costa, decorreu um novo comício promovido pela Comissão Nacional da Defesa da República.

O mais importante teve lugar no mesmo teatro a 9 de fevereiro e contou com a presença do Ministro do Trabalho, Augusto Dias da Silva, militante do Partido Socialista. Neste evento estimou-se a presença de mais de mil setubalenses⁸, estando Manuel d’Oliveira e Silva em nome dos republicanos de Palmela e Joaquim dos Santos Fernandes pelos republicanos de Setúbal. O ministro discursou brevemente, dando vivas à unificação do povo republicano, à República e às classes trabalhadoras de Setúbal. As três moções votadas e aprovadas pelo “povo liberal e republicano” do concelho foram marcadas por um fervor ardente de defesa da República. Este “povo” dava voto de apoio incondicional ao governo, colocava-se ao seu dispor para cooperar nas obras em prol da democracia, realçava a necessidade de controlar os monárquicos, manifestava o desagrado e desconfiança perante a comissão administrativa do município, presidida pelo

4 “Os Monárquicos” in *O Trabalho*, n.º 805, 02.03.1919, pp. 1-2.

5 Citado a partir de Costa (2011, p. 258).

6 Por ocasião das comemorações do 5 de Outubro, o administrador do concelho de Setúbal comunicou o seguinte ao Ministro do Interior: “As manifestações à República e à Pátria pelo 9º aniversário festejaram-se nesta cidade como nunca após a implantação da República, havendo parada militar por todas as forças de terra e mar desta guarnição (...) terminando ontem as festas com uma grande manifestação nas ruas da cidade, acompanhada por muitos elementos civis e militares”. Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT], Ministério do Interior, Secretaria Geral, mç. 570, lv. 2, n.º 170, Ofício n.º 561 de 07.10.1919, enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Ministro do Interior.

7 *A Mocidade*, n.º 338, 01.02.1919, p. 2.

8 “Apinhadas as pessoas que iam assistir à sessão descortinava-se do palco uma verdadeira aluvião de cabeças, ficando muitas pessoas na rua por já não terem lugar na plateia”. “Pela República: O grande comício de ontem” in *O Setubalense*, n.º 421, 10.02.1919, pp. 1-2.

monárquico Henrique Augusto Pereira, e desejava a manutenção do comandante militar em face do seu trabalho de manutenção da ordem pública.

É, ainda, relevante sublinhar o impacto militar que a “Monarquia do Norte” teve em Setúbal. As tropas do Regimento de Infantaria n.º 11 (R.I. n.º 11), comandadas pelo major Bandeira de Lima, eram das que “entre os regimentos que têm batalhado no Norte contra os revoltosos monárquicos (...) [cobrindo-se de] glória nas lutas em que tem entrado”.⁹ Já depois do triunfo republicano, a 21 de fevereiro, partiu um numeroso grupo de tropas de reservas do R.I. n.º 11 a fim de guarnecer as povoações que estiveram sob alçada monárquica. Segundo o *Alvorada*, a “coluna foi acompanhada até à estação de caminho-de-ferro por muito povo, tendo à partida vitoriado as nossas tropas, numa carinhosa manifestação de despedida”.¹⁰ O batalhão ter-se-á dirigido, primeiramente, a Vila Franca de Xira, tendo nos primeiros dias de março rumado a Viana do Castelo e a Penafiel. Ambos os grupos de homens regressaram a Setúbal, em clima de festa, a 30 de março, para a qual *O Setubalense* tinha contribuído com a abertura de uma subscrição pública.

Não se pode esquecer, ainda, que o tenente José dos Santos Viegas, da Companhia de Sapadores dos Caminhos-de-Ferro, organizou uma pequena força, composta por meia dúzia de militares, que partiram mal rebentara a insurreição monárquica, acabando por participar ativamente nos combates. Ironicamente estes foram “esquecidos”, não sendo recebidos calorosamente por ninguém, conforme foi exposto numa carta aberta.¹¹

O elemento político mais radicalizado neste período foi o periódico *O Defensor da República* – “semanário, órgão e propriedade do Grupo de Vigilância da República” –, lançado a 27 de fevereiro por Alberto Junqueiro da Rosa, Jorge Pereira Chaves e João António Orelha. A tensão e a agressividade era patente no tom deste periódico, que sublinhava a necessidade de castigar severamente os monárquicos envolvidos: “Pela República é [era] agora o nosso grito de guerra, para que possamos em breve adoptá-lo como cântico de paz. (...) Guerra de extermínio aos inimigos da República”.¹² O Grupo de Vigilância da República fora criado no dia 13 de fevereiro¹³ em paralelo com a fundação da Comissão de Defesa Republicana, nomeada pelas comissões políticas locais do PRP e do Partido Evolucionista, sendo esta última composta por figuras como: Dr. Belarmino d’Abreu; Arronches Junqueiro; Francisco Fernandes; Emídio da Graça Curado d’Oliveira.¹⁴ Também aqui se observa uma união entre partidos adversários.

Este periódico, sendo analisado ao longo das suas 10 edições, apresenta um cariz muito próximo do movimento operário e espelha esta procura por uma nova harmonia entre operários e republicanos. Num suplemento, *O Defensor da República* fez uma manchete de grande dimensão, dando ênfase à realização de um comício operário “contra a

9 “O regimento de infantaria n 11” in *O Setubalense*, n.º 425, 14.02.1919, p. 1.

10 “Partida de Tropas” in *Alvorada*, n.º 17, 01.03.1919, p. 1.

11 “Parece mentira... mas é verdade!” in *O Defensor da República*, n.º 9, 26.04.1919, p. 2.

12 “Pela República” in *O Defensor da República*, n.º 1, 27.02.1919, p. 1.

13 “Grupo de Vigilância da República em Setúbal” in *O Defensor da República*, n.º 1, 27.02.1919, p. 2.

14 *O Defensor da República*, n.º 1, 27.02.1919, p. 2.

carestia da vida e renda de casas”¹⁵ que iria ter lugar no Casino Setubalense. Além de ser um espaço de divulgação da luta operária, ainda apelava à presença de todos. Este Grupo de Vigilância da República era absolutamente anti-sidonista, criticando ferozmente o “César de 1918” e o seu governo do “terror”.¹⁶

Ao mesmo tempo, teve um interessante papel no sentido de apelar abertamente à necessidade de ser realizada uma sindicância e um inquérito aos funcionários municipais e aos das repartições públicas que estivessem conotados como monárquicos. A 12 de abril fez manchete, apresentando – no mesmo timbre hostil – as suas pretensões: “Republicanos, Alerta! (...) Os monárquicos trabalham! (...) É preciso correr a pontapés essa corja de bandidos, dos lugares que são indignos de ocuparem! Limpeza rápida das repartições do Estado e do Município!”¹⁷ Na edição seguinte voltaram a acentuar a urgência para estes despedimentos “coletivos”: “O que é inegável é que a República ainda não chegou a Setúbal e, tanto assim, que nas repartições do Estado e do município, os homens são os mesmos e os denunciadores dos republicanos e os trauliteiros andam à solta, rindo-se”.¹⁸

Ainda que este alerta possa ser exagerado e com um propósito político, não deixa de ser pertinente para se compreender o clima de desconfiança que se vivia. Numa carta pública, o soldado do R. I. n.º 11, Luís Carvalhal, acusava o comandante militar, coronel José Pires, de ter nomeado um monárquico (João Monteiro) para comissário da Polícia Cívica de Setúbal, dando espaço à contínua perseguição política dos republicanos.¹⁹ Do mesmo modo, em abril, o edil da Câmara Municipal de Setúbal (CMS) abriu um inquérito para se tomar conhecimento sobre quaisquer atos praticados no concelho contra a República, inclusive por funcionários públicos.²⁰ Ao que tudo indica, na administração do concelho não estavam monárquicos ao serviço.²¹

Noutro âmbito, a insurreição monárquica possuiu, também, um relevante significado político a nível do poder local. Nomeados centralmente no quadro do sidonismo, a comissão administrativa liderada por Henrique Augusto Pereira – figura de proa dos monárquicos setubalenses – manteve-se no cargo em plena “Monarquia do Norte”, apenas apresentando a demissão coletiva a 18 de fevereiro de 1919.²² Três dias antes, o ex-edil, o vereador José de Freitas e personalidades como Augusto Firmo da Costa foram

15 *O Defensor da República*, Suplemento ao n.º 7, 12.04.1919, s.p.

16 “O que foi o Sidonismo” in *O Defensor da República*, n.º 9, 26.04.1919, p. 1.

17 *O Defensor da República*, n.º 6, 08.04.1919, p. 1.

18 “A Valer” in *O Defensor da República*, n.º 7, 12.04.1919, p. 1.

19 *O Defensor da República*, n.º 8, 19.04.1919, p. 2.

20 “Afastamento de funcionários” in *O Defensor da República*, n.º 9, 26.04.1919, p. 1.

21 “Sob minha palavra de honra que julgo merecerem a confiança da República todos os funcionários meus subordinados”. ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência recebida/expedida, Pasta n.º 15 (1919-1919), NT 953; NR 128, Confidencial sem n.º enviada pelo Administrador do Concelho ao Governador Civil de Lisboa a 29.04.1919.

22 ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência recebida/expedida, Pasta n.º 15 (1919-1919), NT 953; NR 128, Telegrama enviado pelo Presidente da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal, Henrique Augusto Pereira, para o Governador Civil de Lisboa a 18.02.1919.

detidos, por uma noite.²³ A prisão do Presidente da CMS em funções representou o pico, localmente, dos conflitos entre monárquicos e republicanos. É de recordar que estas personagens políticas vinham, pelo menos desde a amnistia do “pimentismo”, exercendo um esforço de influência junto da comunidade, principalmente através da Igreja Católica, do jornal *A Restauração* e no xadrez político, negociando com o sector mais conservador (Ferreira, 2015, pp. 114-123). Não obstante, a verdade é que o edil protestou – em nome do município –, mantendo-se do lado republicano: “A Câmara Municipal de Setúbal, compreendendo nitidamente que o estado de excitação em que se tem vivido nos últimos tempos (...) protesta contra os acontecimentos que de novo se estão dando no Norte e declara-se incondicionalmente ao lado do Governo para o ajudar a manter a ordem. – O presidente, Henrique Augusto Pereira”.²⁴

Na tentativa de responder aos apelos populares e de encontrar legitimidade institucional com o retorno dos republicanos ao poder, Joaquim Brandão, um dos históricos republicanos regionais, foi nomeado administrador do concelho a 17 de fevereiro, cargo onde se manteve até 17 de abril. Num telegrama enviado por um membro do Centro Republicano de Setúbal compreende-se a sua influência junto da comunidade nos seus diferentes estratos: “Povo Setúbal depois grande manifestação cidade de aclamação República, reunindo em seguida comício público, tendo conhecimento chegada novo administrador concelho e não satisfazendo essa escolha resolveu por aclamação unânime propor a V. Exa. e pedir que aquele cargo seja nomeado cidadão Joaquim Brandão”.²⁵ O evolucionista propôs a composição das novas equipas para as juntas de freguesia e para o município.²⁶ Simbolizando o definitivo retorno ao *statu quo* anterior ao *coup d'état* dezembrista, a 22 de fevereiro tomaram posse os novos corpos administrativos na cidade, liderados por Joaquim dos Santos Fernandes²⁷, outro relevante evolucionista de Setúbal que, aliás, já tinha exercido o cargo de edil durante a ditadura de Pimenta de Castro (Ferreira, 2017, pp. 46-47).

Por fim, nem todos ficaram contentes com estas nomeações e a tradicional disputa partidária rapidamente regressou, como se verificará mais adiante. A aliança anti-monárquica era nada mais que uma “paz podre”. O comité local do PRP observava, impotentemente, dois membros do Partido Evolucionista a tomarem posse dos dois cargos políticos regionais mais relevantes. Apenas com a exoneração de Joaquim Brandão, a seu pedido, e a nomeação do democrático Sebastião Tomás dos Santos, em meados de abril, atenuou o descontentamento. Não obstante, as comissões políticas do PRP enviaram

23 “Presos Políticos” in *Alvorada*, n.º 17, 01.03.1919, p. 1.

24 Telegrama para o Governo. “Os acontecimentos do Norte” in *O Setubalense*, n.º 404, 20.01.1919, p. 1.

25 ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência recebida/expedida, Pasta n.º 15 (1919-1919), NT 953; NR 128, Telegrama enviado pelo Centro Republicano de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa a 15.02.1919.

26 *Idem*, Ofício n.º 33 de 18.02.1919 enviado pelo Administrador do Concelho para o Governador Civil de Lisboa.

27 Os restantes vereadores: José Alves da Silva Júnior, Porfírio da Silva Manique, João António Grilo, Joaquim Pedro Ferreira, António Henriques, Henrique António Vidal Claro, José Augusto Coelho e Joaquim José de Carvalho. “Os novos corpos administrativos” in *Alvorada*, n.º 17, 01.03.1919, p. 2.

uma exposição ao Ministro do Interior em que, primeiramente, defendiam a honra do novo administrador do concelho – que fora “eleito para o mesmo cargo por unanimidade, por todas as comissões políticas do concelho, compostas de democráticos, evolucionistas e socialistas”²⁸ –, que não demonstrava parcialidade política e que não tinha atrasos nos trabalhos a seu cargo, ao contrário do que era mencionado pelas “intragas”, mesmo que continuasse a lecionar 14 horas semanais no liceu.

Protestaram veemente a forma como Joaquim dos Santos Fernandes foi preparando as eleições municipais ocorridas em maio. Segundo acusam as salas do município foram transformadas em “centro político eleiçoeiro, onde até os empregados monárquicos, que estão sendo sindicados pela mesma Câmara, trabalharam no sentido de vencer a lista que denominaram do concelho, onde a par de democráticos, socialistas e evolucionistas, havia nomes de monárquicos e de outros que podem ser tudo menos republicanos”.²⁹ Nas primeiras semanas de regresso do semanário do PRP, vários artigos saíram em defesa da idoneidade política do professor e foram lançados fortes ataques à oposição.³⁰

3.2. Os Significados da Evolução Eleitoral: as Experiências e a Consolidação do Bloco Anti-PRP

3.2.1. As Eleições Legislativas de Maio de 1919: a Divisão Tripartida

O círculo n.º 29, com sede em Setúbal, contrariou a tendência nacional de um ato eleitoral particularmente significativo em face da urgência dos trabalhos de ratificação do Tratado de Paz, que surgia no rescaldo da insurreição monárquica e que deveria votar a introdução constitucional de um artigo para dissolver o Parlamento (Serrão, 1989, p. 236). Os resultados deram vitória ao PRP, conquistando 86 deputados (52,8%). O Partido Evolucionista elegeu 38 (23,3%) e o Partido Unionista 17 (10,4%).³¹

Cada um dos partidos elegeu um deputado pelo círculo de Setúbal: Jorge de Vasconcelos Nunes (Unionista); Joaquim Brandão (Evolucionista); Luís Tavares de Carvalho (PRP). A nível do concelho de Setúbal é possível observar que a vitória pertenceu aos “democráticos”, sendo o Dr. Eduardo Mendes Belo, cuja relação de proximidade como médico tinha relevância, o mais votado em conjunto com o seu correligionário. Ainda assim, a nível do círculo, Joaquim Brandão e Jorge de Vasconcelos Nunes – duas históricas figuras republicanas no atual distrito – acabaram por aproveitar o vasto reconhecimento político que possuíam. O candidato unionista era filho do líder republicano de Grândola, José Jacinto Nunes, e voltaria – tal como o candidato evolucionista – a ser eleito pelo mesmo círculo (Baiôa, 2010, p. 27).

28 ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência recebida/expedida, Pasta n.º 15 (1919-1919), NT 953; NR 128, Ofício n.º 872, de 04.06.1919, enviado pelo Chefe do Gabinete do Ministro do Interior para o Governador Civil do Distrito de Lisboa. Em anexo encontra-se a exposição, sem data.

29 *Ibidem*.

30 A título de exemplo: “O actual administrador do concelho, dr. Tomás dos Santos, a quem os fraldiqueiros ladram de longe para conseguirem conspurcar a sua honestidade e facultades de trabalho”. “Administrador do Concelho” in República, n.º 368, 31.07.1919, p. 1.

31 Cf. Marques (1978).

Os níveis de abstenção na cidade foram uma surpresa, dado que se esperava uma manifestação pública do espírito republicano renovado. Os periódicos assim o demonstram: “Chama-se a isto contentar a todos. As eleições foram coisa fria, insignificante... Ao que nos parece, nunca aqui se realizaram eleições tão pouco concorridas³²; Abstenções em barda. Pelo que toca a Setúbal então não houve interesse no acto eleitoral e, se as mesas se constituíram tarde e a más horas, fizeram-no muito a tempo, porque acabaram ainda o sol ia alto... e bem alto por sinal”³³.

Os três deputados eleitos, pouco tempo depois, efetuaram visitas oficiais à cidade a fim de serem discutidos os projetos de “melhoramentos locais” indispensáveis. Os futuros membros do Partido Liberal vieram em conjunto com o Governador Civil de Lisboa, Prestes Salgueiro, tendo sido descerrados retratos em sua homenagem no edifício dos bombeiros.³⁴ O deputado do PRP discursou durante uma conferência promovida pelo Grémio Comercial Artístico Setubalense.³⁵

Tabela 1 – Resultados eleitorais para a Câmara dos Deputados no Concelho de Setúbal em 11 de maio de 1919

Nome do candidato	Filiação político-partidária	N.º de votos do concelho e total do círculo
Joaquim Brandão	Partido Evolucionista	243 (1436)
Jorge de Vasconcelos Nunes	Partido Unionista	186 (1406)
Luís António da Silva Tavares de Carvalho	P.R.P.	298 (1387)
Dr. Eduardo Mendes Belo	P.R.P.	310 (462)
José do Vale	Indefinido	80 (333)
António Maria Abrantes	Partido Socialista	10 (222)

Fontes: Arquivo Histórico-Parlamentar [AHP], Secção IX, Cx. 273, Mapa das Votações – Acta da Assembleia de Apuramento Geral de Setúbal, 18.05.1919; “Eleições” in *O Setubalense*, n.º 502, 19.05.1919, p. 2. Nota: colocaram-se apenas os candidatos com mais de 10 votos.

3.2.2. As Eleições Municipais de Maio de 1919: A “Derrota Simbólica” do PRP

A 8 de abril, *O Defensor da República* já evidenciava como o bloco republicano conservador manuseava o sector monárquico contra o PRP: “Mas nós sabemos que muitos conservadores de encarnado [republicanos] precisam de azul e branco [monárquicos], gostam de desacreditar a Pátria e deixar a República em precárias circunstâncias”³⁶. Esta parece ter sido uma das linhas estratégicas da ala mais radical dos republicanos. O jornal *República*, órgão local do PRP, continuou neste comprimento de onda aquando da criação

32 “Eleições” in *Alvorada*, n.º 22, 25.05.1919, p. 2.

33 “Eleições, eleições” in *O Setubalense*, n.º 496, 12.05.1919, p. 1.

34 “Deputados por Setúbal” in *O Setubalense*, n.º 510, 28.06.1919, p. 1.

35 “Visita” in *República*, n.º 370, 14.08.1919, p. 1.

36 *O Defensor da República*, n.º 6, 08.04.1919, p. 1.

do Partido Republicano Liberal (PRL): “Continuam a ingressar no aglomerado heterogéneo, que é o P.R.L., bastantes monárquicos confessos e impenitentes, que assim à pressa se besuntaram de verde e vermelho para mais facilmente apunhalarem a República”.³⁷

Do mesmo modo, como em 1917, a “lista do concelho” venceu as eleições administrativas, uma vez mais este ato eleitoral opôs o PRP contra uma agremiação de figuras políticas locais de diversos sectores políticos da direita republicana. *O Setubalense* fez uma intensa propaganda, com direito a manchete, defendendo que integravam aquela lista “cidadãos republicanos de todas as matizes, cuja escolha obedeceu, unicamente, a uma meticolosa selecção de nomes de reconhecida competência administrativa”.³⁸

O periódico do Partido Socialista, representando a classe operária, transmite a ideia de que a aliança anti-monárquica já tinha sido esquecida. Esta mudança tática teve como origem a consciência da impossibilidade de derrotar a hegemonia do PRP pela via eleitoral, uma vez que os seus apoiantes, na sua esmagadora maioria, não podiam votar. Apoia a “lista do concelho” na esperança de que aquela desse voz aos estratos sociais mais baixos: “Constando-se que no concelho as disputam duas listas, uma democrática, neutra ou da cidade, a outra (...) nós opinamos por esta última, desde que dê representação às forças vivas locais, incluindo (...) alguns que possam representar a classe operária”.³⁹ *O Setubalense* seguiu esta tendência, urgindo para que as forças vivas estivessem todas representadas no executivo municipal, reforçando que este não deveria obedecer a lógicas partidárias.⁴⁰

Os resultados não foram totalmente satisfatórios para o PRP. Apesar da vitória no total do concelho, aproveitando as votações de Palmela e Azeitão para ficar com as maiorias na Câmara Municipal, a verdade é que perdeu nas freguesias urbanas de Setúbal, mascarando a derrota simbólica no coração político local. *O Setubalense* regozijou-se com o triunfo da “lista do concelho” nas assembleias da cidade por uma maioria acima dos 100 votos: “Setúbal mostrou que não queria ser feudo deste ou daquele bando”.⁴¹ O periódico dos empregados do comércio voltou a sublinhar o menosprezo como foram encaradas estas eleições: “Afinal as eleições para os corpos administrativos do município não decorreram com mais animação (...) Foi como que uma eleição em família”.⁴²

Este enfraquecimento no seio da cidade e a afirmação do bloco anti-PRP de que era possível, uma vez mais, derrotá-lo nas urnas, significou uma injeção de confiança nos sectores conservadores locais. Em simultâneo, o próprio Partido Democrático ia dando sinais de desgaste interna com algumas cisões que contribuíam para a sua incapacidade de resposta.

37 “Os Liberais” in *República*, n.º 383, 14.11.1919, p. 2.

38 “Aos eleitores do concelho de Setúbal” in *O Setubalense*, 24.05.1919, p. 1.

39 “Notas a lápis” in *O Trabalho*, n.º 811, 25.05.1919, p. 1.

40 “As corporações municipais não devem obedecer a qualquer aspecto político. O que se exige para a sua formação é gente que trabalhe, pessoas dedicadas à vida local”. “Eleições administrativas” in *O Setubalense*, n.º 500, 16.05.1919, p. 1.

41 “Eleições Municipais” in *O Setubalense*, n.º 508, 26.05.1919, p.1

42 “Eleições” in *Alvorada*, n.º 23, 15.06.1919, p. 3.

Tabela 2 – Resultados das eleições municipais no Concelho de Setúbal em 25 de maio de 1919

Nome	Filiação	Nº de votos
João António Grilo	Lista do Concelho	817
Francisco M. Xavier Júnior	Lista do Concelho	799
Félix Augusto Santana	Lista do Concelho	684
Serafim dos Santos	Lista do Concelho	529
Manuel Luís dos Santos	PRP	468
José Teodoro Paninho	PRP	460
Dr. António Luís Vaz	PRP	457
Henrique Augusto Pacheco	PRP	455
Arthur Cardoso	Lista do Concelho	455
Manuel J. d'Oliveira e Silva	PRP	454
Francisco Ajuda	PRP	454
José Estevão Farinha	PRP	453
Dr. Belarmino Augusto Pereira de d'Abreu e Sousa	PRP	448
Joaquim Filipe dos Santos	PRP	447
José António Azevedo	PRP	445
António Inácio Marques da Costa	PRP	444
António Oliveira Matos	PRP	437
Joaquim dos Santos Fernandes	Lista do Concelho	412
António Joaquim Henriques	Lista do Concelho	392
José Alves da Silva Júnior	Lista do Concelho	389
Manuel Carquejeiro Júnior	Lista do Concelho	385
António José Marques	Lista do Concelho	382
Joaquim Pedro Ferreira	Lista do Concelho	380

Fonte: “Apuramento eleitoral” in *O Setubalense*, n.º 515, 03.06.1919, p. 1.

3.2.3. As Eleições Legislativas de Julho de 1921: o Êxito dos Liberais na Cidade

Este ato eleitoral resultou do pedido de dissolução das duas câmaras pelo chefe do ministério, Barros Queirós, que sentia não ter condições de governabilidade perante a agitação que se ia fazendo sentir (Serrão, 1989, p. 260). O Partido Liberal venceu estas eleições, obtendo 48,5% dos votos (79 deputados), enquanto o Partido Democrático reduziu substancialmente a sua influência para 33,1% (54 deputados). A dissidência que gerou o Partido Reconstituente elegeu 12 deputados (7,4%).⁴³

O Concelho de Setúbal e o círculo n.º 29 seguiram a votação nacional, reelegendo Joaquim Brandão e Jorge de Vasconcelos Nunes pelos Liberais. O coronel Francisco de Salles Ramos da Costa foi eleito pelo PRP. Ao contrário das últimas eleições legislativas, Luís Tavares de Carvalho não conseguiu ser eleito nas minorias. Joaquim Brandão beneficiou bastante com os votos de Palmela, motivados pela longa luta pela restauração do

43 Cf. Marques (1978).

antigo concelho.⁴⁴ Como derrotado, ainda por cima num ato eleitoral bem mais participado, o PRP local encobriu os seus resultados, salientando a vitória dos republicanos contra os monárquicos. Não deixa de ser relevante sublinhar que o líder monárquico setubalense, Henrique Augusto Pereira, tenha obtido 320 votos, vencendo em Azeitão.

Durante o período eleitoral, *O Setubalense* teve uma postura manifestamente neutral, apelando principalmente ao voto e criticando a abstenção. Ainda assim, a reflexão em torno do sufrágio universal – lembrando que durante a Monarquia Constitucional o mundo operário votava em maior quantidade – questiona a legitimidade eleitoral em vigor na época: “Com o advento da República, a maioria dos portugueses perdeu o direito de intervir na vida nacional, que aliás o anterior regime lhes reconhecia com democrática liberalidade. (...) O sufrágio tornou-se privilégio de uma oligarquia ou casta política”.⁴⁵ Neste sentido, importa destacar que, depois do 5 de outubro, o PRP adaptou o sistema consoante os seus interesses, coordenando os destinos da periferia a partir do centro, nomeando figuras do seu espectro político para relevantes cargos públicos e manteve as mesmas lógicas de caciquismos locais. A aurora republicana, que prometera combater os caciques, que daria maior autonomia aos municípios e ampliaria o direito ao voto, nunca respeitou esses compromissos. Num universo de cerca de 50 mil habitantes no total de concelho, menos de 3.000 indivíduos tinham direito a votar.

Do ponto de vista do debate político, o período eleitoral ficou marcado pelo feroz ataque de Henrique Augusto Pereira a Joaquim Brandão, tendo acusado o Partido Liberal de difundir “promessas” e “mistificações”, vendendo o seu “elixir político” sobre melhoramentos locais que, na sua ótica, eram difíceis de implementar: “Em Palmela promete-se a restauração do concelho, em Setúbal as obras do porto e o distrito”.⁴⁶ O experiente deputado defendeu-se numa carta aberta, assegurando que ia continuar a dirigir esforços para a concessão de uma junta autónoma para a gestão das obras do porto de Setúbal (fundada em 1923) e para a autonomia do distrito de Setúbal (criado em 1926).⁴⁷

O periódico do PRP, naturalmente, intensificou a propaganda em prol dos seus candidatos, reconhecendo-lhes a competência e serviço à causa pública e com manchetes contra os seus adversários políticos.⁴⁸ Atacou os “inimigos da República” que se apresentavam “de todas as formas e com diferentes rótulos (...) para ver se conseguem iludir a opinião pública, pescando nas águas turvas o triunfo de algumas candidaturas”.⁴⁹ Este ataque era, fundamentalmente, dirigido aos monárquicos, aos sidonistas e ao Partido Reconstituente.

44 “Gratidão” in *O Setubalense*, n.º 1139, 11.07.1921, p. 1.

45 “O inevitável” in *O Setubalense*, n.º 1138, 09.07.1921, p. 1

46 “Comunicado aos eleitores de Setúbal e Palmela: Promessas e Mistificações” in *O Setubalense*, n.º 1137, 08.07.1921, p. 2.

47 “Comunicado: Em legítima defesa” in *O Setubalense*, n.º 1138, 09.07.1921, p. 3.

48 “Nenhum republicano deve faltar a esse dever sagrado [votar] para que os monárquicos, jesuítas, dezembristas e seus aliados sejam derrotados nas urnas como o têm sido na luta armada.” “À urna cidadãos!” in *República*, n.º 444, 09.07.1921, p. 1.

49 “O próximo acto eleitoral” in *República*, n.º 442, 25.06.1921, p. 1.

Tabela 3 – Resultados eleitorais para a Câmara dos Deputados no Concelho de Setúbal em 10 de julho de 1921

Nome do candidato	Filiação político-partidária	N.º de votos
Joaquim Brandão	Partido Liberal	581
Jorge de Vasconcelos Nunes	Partido Liberal	520
Francisco de Salles Ramos da Costa	PRP	475
Luís António da Silva Tavares de Carvalho	PRP	418
Henrique Augusto Pereira	Monárquico	321
Dr. Afonso Augusto da Costa	Independente	16
Joaquim Mendes do Amaral	Partido Republicano Presidencialista	16
Manuel António Ryder da Costa	Partido Socialista	12
Augusto Dias da Silva	Partido Socialista	11

Fontes: AHP, Secção IX, Cx. 331A, Mapa de Apuramento Geral da Mesa da Assembleia para Deputados – Círculo n.º 29, 17.07.1921; AHP, Secção IX, Cx. 331, Edital do Presidente da Assembleia Eleitoral de São Lourenço e São Simão de Azeitão, 10.07.1921; “Candidatos por Setúbal” in *O Setubalense*, n.º 1.138, 09.07.1921, p. 2; “Eleições em Setúbal” in *O Setubalense*, n.º 1.139, 11.07.1921, p. 2. Nota: colocaram-se apenas os candidatos com mais de 10 votos.

3.2.4. As Eleições legislativas de Janeiro de 1922: a Conservação dos Liberais e a Fragmentação da Comissão Municipal do PRP

Antes de mais importa referir que, na génese deste ato eleitoral, esteve a denominada “Noite Sangrenta” – em que foram assassinados António Granjo, Machado Santos e José Carlos da Maia – e o desejo do breve governo de Maia Pinto de obter maiorias estáveis, resultando na dissolução do Parlamento a 6 de novembro (Serrão, 1989, pp. 262-268). No contexto local, a cidade ia vivendo uma greve estudantil contra a permanência do professor Sebastião Tomás dos Santos na Escola Comercial.⁵⁰

O episódio da “camionete-fantasma” teve um profundo impacto na vida política de António Arronches Junqueiro, um dos líderes do Partido Evolucionista e figura central do Partido Liberal em Setúbal. Nomeado administrador do concelho pelo governo de António Granjo, pediu a demissão do cargo após saber das notícias. Em 1937 apresentava-se como um homem desiludido com a República e que, como muitos outros, acabou por apoiar a Ditadura Militar e o Estado Novo. Trata-se de um exemplo perfeito para o que sucedeu um pouco por toda a direita republicana regional no final dos anos 20: “A última [desilusão] foi em 19 de Outubro de 1921 quando caíram varados pelas balas dos sicários de Moscovo (...) Recordo essa noite trágica não só com o terror próprio dessa tragédia, mas com o asco, a repulsa, o implacável desprezo por toda essa canalha (...) Há dezasseis anos, e ainda sinto, como nessa noite, vívida e pungente, a dor de ver afundar-se em sangue e lama a República que eu sonhara” (Junqueiro, 2018, pp. 128-129).

⁵⁰ “Greves” in *República*, n.º 550, 28.01.1922, p. 1.

As eleições de 29 de janeiro, para *O Setubalense*, não iam alterar o paradigma político português, uma vez que os candidatos eram, maioritariamente, os mesmos das de julho do ano anterior. Optou por voltar a reforçar a crítica à restrição ao voto: “O sufrágio devia ser universal e obrigatório. Este é que é o critério republicano”.⁵¹ No entanto, o PRP voltou ao poder com os seguintes resultados: PRP – 45,4% (74 deputados); Partido Liberal – 20,9% (34 deputados); Partido Reconstituente – 10,3% (17 deputados); Monárquicos – 7,9% (13 deputados).⁵² O concelho de Setúbal e todo o círculo voltaram a não seguir a tendência nacional, dando um evidente voto de confiança aos deputados liberais, há muito conhecidos na praça setubalense. O mesmo se pode dizer para o regresso do militar Luís Tavares de Carvalho em representação dos “democráticos”.

Perante os resultados nacionais, o mesmo periódico não se encontrava surpreendido, salientando apenas os crescentes índices de abstenção que se iam verificando no país e no círculo setubalense: “As três assembleias da cidade estiveram sempre com fraca concorrência, decorrendo os trabalhos eleitorais no meio de extraordinária monotonia”.⁵³ O assunto, na sua ótica, era mais sério do que isso. Comparando os votos entre 1921 e 1922, o sector monárquico vinha ganhando força e a culpa era da administração republicana que se afastara dos meios populares e defendia o patronato e os interesses económicos. O tom era de aviso: “Continuem como até aqui, administrem mal, abandonem o povo à sua triste sorte, não sigam uma política honesta e fundamentalmente republicana (...) projetam negócios ilícitos e beneficiem bandos devoristas”.⁵⁴

Estas eleições motivaram uma alteração tática por parte do PRP local. O *República* inicialmente apelou ao voto nos seus dois candidatos – major Luís Tavares de Carvalho e António de Sousa Tudella –, considerando-os “dois republicanos indefectíveis e que se impõem pelo seu passado honesto”.⁵⁵ Prevendo o fracasso, concentrou a sua propaganda no militar eleito noutra ocasião, voltando a dinamizar a contínua argumentação de que os “inimigos do regime se preparam para fazer eleger os seus candidatos”.⁵⁶ Do mesmo modo, a comissão municipal do partido aproveitou a experiência eleitoral e terá dado ouvidos a uma figura do partido que, sem se querer identificar, manifestava a clara fragmentação política existente no PRP local: “O Partido Democrático em Setúbal, infelizmente, não está agora como noutro tempo. Certos equívocos, alguns mal entendidos que têm surgido, afastaram algumas criaturas da actividade partidária. (...) O que não pode ser é que “democráticos” prejudiquem os candidatos do seu partido, votando em candidaturas adversas (...) O Partido precisa unir-se”.⁵⁷

51 “Em que se fala de eleições” in *O Setubalense*, n.º 1309, 28.01.1922, p. 1.

52 Cf. Marques (1978).

53 “O acto eleitoral em Setúbal” in *O Setubalense*, n.º 1310, 30.01.1922, p. 2.

54 “Números eloquentes” in *O Setubalense*, n.º 1311, 01.02.1922, p. 1.

55 “Candidatos a deputados” in *República* n.º 549, 21.01.1922, p. 1.

56 “À urna pelo Partido Republicano Português” in *República*, n.º 550, 28.01.1922, p. 1.

57 “Vida política local: Ouvindo um conhecido democrático de Setúbal” in *O Setubalense*, n.º 1312, 03.02.1922, p. 5.

Tabela 4 – Resultados eleitorais para a Câmara dos Deputados no Concelho de Setúbal em 29 de janeiro de 1922

Nome do candidato	Filiação político-partidária	N.º de votos
Joaquim Brandão	Partido Liberal	669
Jorge de Vasconcelos Nunes	Partido Liberal	642
Luís António da Silva Tavares de Carvalho	PRP.	360
Gaudêncio Pires de Campos	PRP	183
António de Sousa Tudella	PRP	28
Francisco da Silva Sampaio Pombinha	Partido Liberal	25

Fontes: AHP, Secção IX, Cx. 381, Mapa das Votações – Acta da Assembleia de Apuramento Geral de Setúbal (Círculo n.º 29), 05.02.1922. Nota: colocaram-se apenas os candidatos com mais de 10 votos.

3.2.5. As Eleições Municipais de Novembro de 1922: a Transformação do Xadrez Político Local

A intensa crispação social que caracterizou o *background* deste ato eleitoral, devido à greve-geral que paralisou toda a indústria de conservas de peixe e outros sectores da atividade económica por mais de 70 dias (setembro-novembro), não secundarizou a sua relevância e a enérgica discussão política que se fez sentir. De facto, estas eleições foram manifestamente concorridas. Ao mesmo tempo é de recordar que, desde 1920, as comissões executivas municipais vinham sendo dirigidas por “democráticos” como José Teodoro Paninho, José António Azevedo ou Francisco Fernandes.⁵⁸ Estas eleições foram, deste modo, uma avaliação à gestão da autarquia por parte do PRP.

A 12 de novembro de 1922 foram três listas a concurso. O PRP foi encabeçado por Francisco Fernandes, então edil, e pelo Dr. António Pereira d’Almeida. O Partido Liberal, apresentou-se como “lista do concelho”, contando com a liderança de Joaquim Brandão e tinha na retaguarda nomes como António Caes Esteves, Joaquim Ferreira de Sousa Júnior ou Emílio Curado de Oliveira. A lista monárquica, a que Henrique Augusto Pereira preferiu apelidar de “lista da cidade”⁵⁹, surgiu como terceira força política. Evidenciando sinais de cisão interna, José Cândido Godinho optou por sair do PRP e apresentar uma “candidatura regionalista” individual. Poucos meses mais tarde iria ser o representante local do futuro Partido Republicano Radical.

O Partido Reconstituente optou por não apresentar nenhuma lista por não ter representação efetiva na cidade. José Luís da Costa e o capitão do porto eram os únicos filiados naquele partido. Contudo, este militante aproveitou o seu “tempo de antena” para destacar a divisão no seio do PRP local: “Pensou-se em organizar em Setúbal um núcleo reconstituente. Insistiram comigo para que tomasse a sua iniciativa. (...) Estou

58 José António Azevedo (PRP) foi presidente da C.M. de Setúbal de 28.01.1920 a 19.08.1922. Francisco Fernandes (PRP) foi o seu sucessor. O seu mandato foi de 20.08.1922 a 10.03.1923.

59 Refere o próprio em entrevista: “Sim senhor, uma lista da cidade. (...) Entram homens que são monárquicos na sua maneira de pensar, mas entram também homens que não o são. (...) Republicanos e até uns dois que na sua maneira de pensar avançam mais ainda”. “A política e os políticos em véspera de eleições” in *Semana de Setúbal*, n.º 2, 05.11.1922, pp. 1-2.

contente por o não ter feito, porque dois dos homens que mais insistiram comigo para que o fizesse (...) são hoje dois elementos de categoria dentro do partido democrático local”.⁶⁰

Estas eleições foram particularmente surpreendentes pela incrível derrota do Partido Liberal que saiu por inteiro da administração municipal, sem ter conseguido uma nomeação nas minorias. O único saldo positivo foi o triunfo na junta de freguesia de S. Julião, cujo resultado era expectável há vários meses. Esta foi uma derrota particular de Emílio Curado de Oliveira, cuja farmácia era o centro político do partido de forma oficiosa. Joaquim Brandão apenas prometera “administrar bem e administrar com honestidade”⁶¹, evitando a contração de empréstimos e a procura do apoio do Estado para resolver questões pendentes.

A vitória foi do PRP em todas as freguesias, exceto em S. Lourenço de Azeitão (monárquicos) e S. Julião (liberais), que representou a recuperação da sua força no coração da cidade. Ainda assim, os monárquicos disputaram renhidamente as eleições, ficando com as minorias, tendo perdido por uma margem relativamente tangencial (Anunciada – 8 votos de diferença; S. Julião – 13 votos; Sta. Maria da Graça – 26 votos; S. Sebastião – 78 votos).⁶² Era o reforço claro das posições mais conservadores à direita.

A propaganda eleitoral dos vencedores passou por transmitir uma mensagem de transparência, em que o Dr. Pereira d’Almeida desejava “não desviar um centil do erário municipal sem uma aplicação de decidida moralidade”⁶³. Simultaneamente, também numa farmácia – observada como “Ministério do Interior cá da terra”⁶⁴ –, o edil Francisco Fernandes definiu um leque de projetos de melhoramentos e sublinhou a concretização de outros pelo PRP, nomeadamente o ajardinamento parcial da Avenida Todí, a construção de cemitérios em zonas rurais e o início das negociações para uma rede de energia elétrica, legitimando a sua própria atividade. Num tom mais agressivo, a tónica do *República* foi apelar a proteger o regime “ameaçado” com diversas manchetes⁶⁵ e criar uma imagem de coesão no interior da comissão municipal do partido, que contrariasse o que a restante imprensa divulgava. Assumia-se como único partido organizado e com dimensão suficiente para liderar os destinos autárquicos. Para isso deu grande publicidade à última reunião da comissão, então presidida por João Pires de Campos, que contou com um discurso do edil e a seleção unânime dos candidatos das listas.⁶⁶

José Cândido Godinho baseou a sua candidatura por via do lançamento de um semanário a menos de um mês das eleições. A 24 de outubro saiu a primeira edição do *Semana de Setúbal*, que contou com importantes entrevistas aos diferentes candidatos. Seguiu a linha de raciocínio de jornais como *O Setubalense* – que continuou a pretender a competên-

60 “A política e os políticos em véspera de eleições” in *Semana de Setúbal*, n.º 2, 05.11.1922, p. 1.

61 A política e os políticos em véspera de eleições” in *Semana de Setúbal*, n.º 3, 12.11.1922, p. 1.

62 *A Mocidade*, n.º 427, 01.12.1922, p. 2.

63 “A política e os políticos em véspera de eleições” in *Semana de Setúbal*, n.º 3, 12.11.1922, p. 1.

64 “Uma obra a realizar pela Câmara Municipal” in *Semana de Setúbal*, n.º 1, 24.10.1922, p. 2.

65 “Ao Povo Republicano do Concelho” in *República*, n.º 580, 09.11.1922, p. 1.

66 “O próximo acto eleitoral” in *República*, n.º 580, 09.11.1922, p. 2.

cia de “homens bons”⁶⁷ – invocando a necessidade de que os executivos camarários deveriam ser coordenados por homens que conseguissem “defender os interesses regionais com honestidade e competência”.⁶⁸ Neste caso, tinha maturidade política para assumir que existiam candidatos adversários que encaixavam neste perfil, nomeadamente Francisco Fernandes, José Teodoro Paninho, Dr. Pereira d’Almeida ou Joaquim José de Carvalho.

Num longo “manifesto regionalista” apresentou a sua candidatura independente para “marcar uma atitude perante o próximo acto eleitoral e porque crê que o seu esforço será (...) útil à cidade”.⁶⁹ O seu programa político assentou num longo conjunto de medidas em que se podem destacar a redução dos trabalhadores municipais, a dissolução do corpo de polícia cívica ou a venda do edifício do liceu para reedificação dos Paços do Concelho. Acabou por obter apenas 118 votos. Não deixa de ser curioso que, meses antes, tenha assinado um artigo onde apelava ao voto no PRP, afirmando que as “listas do concelho” não representavam os interesses da cidade.⁷⁰

Estas eleições produziram três efeitos relevantes na história política local. Primeiro tornou evidente que o sector monárquico tinha cada vez mais influência no campo político setubalense. José dos Santos Ferro, delegado local da Liga da Mocidade Republicana, estava consciente disso: “As eleições vieram provar-nos que o partido monárquico tem uma apreciável organização e um campo de operações temível que podem, num dado momento, pôr em cheque os dois partidos republicanos, um quase sem organização aqui [Partido Liberal], outro com uma organização inconsistente [PRP]”.⁷¹ Na mesma linha seguia o diário da região: “as forças adversárias ao regime crescem em poder junto das urnas”.⁷²

Em segundo, promoveu uma profunda alteração estratégica por parte da direita republicana setubalense, acentuando o bloco anti-PRP. No período pós-eleitoral, César Romano Baptista, ex-presidente da comissão municipal do Partido Liberal, afastou-se do partido em face de uma aliança efetuada com os monárquicos. Denunciou um acordo em que foram entregues os únicos lugares conquistados pelos liberais em S. Julião em troca de um lugar nas minorais nas restantes freguesias: “Não quero sancionar com o meu nome o acordo realizado pelos republicanos liberais com os monárquicos (...) É um mau acto político. Falta-lhe sinceridade. É a «revanche» da Farmácia Oliveira por se ter perdido as eleições (...) O Partido Liberal em Setúbal é uma ficção”⁷³. Talvez por isso o periódico do PRP tenha prosseguido a sua propaganda num ataque cerrado aos «inimigos da República», apelando à defesa do regime. Para estas eleições municipais sublinhava a necessidade de todos os filiados e simpatizantes de se apresentarem “para uma luta que se avizinha e que promete ser árdua e violenta

67 “Porque não desejamos ver os concelhos dominados por uma facção ou bando, que às vezes mais olha aos interesses dos seus apaniguados do que às conveniências gerais”. “Corporações Administrativa” in *O Setubalense*, n.º 1493, 06.09.1922, p. 1.

68 “Administração e não política” in *Semana de Setúbal*, n.º 2, 05.11.1922, p. 2

69 “Manifesto a todos os setubalenses que colocam os interesses da cidade acima dos interesses políticos” in *Semana de Setúbal*, n.º 3, 12.11.1922, p. 3.

70 “Pontos de vista: Política e Regionalismo” in *República*, n.º 568, 20.07.1922, p. 1.

71 “Política e políticos” in *Semana de Setúbal*, n.º 4, 23.11.1922, p. 2.

72 “Partidos...Quebrados” in *O Setubalense*, n.º 1551, 15.11.1922, p. 1.

73 “O homem do dia: Romano Batista” in *Semana de Setúbal*, n.º 4, 23.11.1922, p. 3.

contra os adversários da Democracia e os inimigos da Liberdade”.⁷⁴ Na sua ótica, estas eram eleições de escolha de regime: República *versus* Monarquia. O triunfo eleitoral promoveu uma excessiva exaltação que reanimou as forças do principal partido do regime: “Perante a República ameaçada, os republicanos tiveram um único pensamento: defendê-la”.⁷⁵

Em terceiro, a reflexão – em face de experiências anteriores – dos dirigentes “democráticos” permitiu-lhes ter a convicção clara de que as “listas” da oposição se tratavam de “subterfúgios” e de “máscaras”: “Ambas as listas da cidade são no fundo duas listas monárquicas, mais ou menos disfarçadas. De resto isso é fácil de constatar-se, analisando os nomes que para aí se citam”.⁷⁶ O PRP estava consciente de que a sua luta política iria ser efetuada contra um bloco conservador que abrangia as várias direitas do pós-guerra, pelo que aconselhava a um atento exame dos nomes das listas.

Tabela 5 – Resultados das eleições municipais no Concelho de Setúbal em 12 de novembro de 1922

Nomes	Filiação político-partidária	N.º de Votos
Joaquim José de Carvalho	Republicano conservador/independente	1.073
José Teodoro Paninho	Partido Democrático	977
Francisco Fernandes	Partido Democrático	963
Francisco Neto Cabrita	Partido Democrático	935
Manuel Luís dos Santos	Partido Democrático	933
Dr. António Luís Pereira d’Almeida	Partido Democrático	926
Carlos d’Oliveira Trigo	Partido Democrático	925
Serafim dos Santos	Partido Democrático	920
José Martins de Barros Lima	Partido Democrático	918
Manuel Joaquim d’Oliveira e Silva	Partido Democrático	916
António dos Santos Neves	Partido Democrático	907
António Henrique de Matos	Partido Democrático	890
António d’Oliveira Matos	Partido Democrático	874
António José Marques	Partido Democrático	871
Henrique Augusto Pereira	“Lista da Cidade” – Monárquico	848
Manuel Maria Rendeiro	Partido Democrático	833
Joaquim Filipe dos Santos	Partido Democrático	805
João Carvalho e Oliveira	“Lista da Cidade” – Monárquico	768
José Maria da Silva	“Lista da Cidade” – Monárquico	755
Mariano Augusto Coelho	“Lista da Cidade” – Republicano conservador/independente	747

Fonte: *A Mocidade*, n.º 426, 15.11.1922, p. 2; “Eleições Administrativas” in *O Setubalense*, n.º 1548, 11.11.1922, p. 2; “Eleições Municipais: A composição da nova Câmara de Setúbal” in *O Setubalense*, n.º 1.550, 14.11.1922, p. 3; “As eleições de domingo no concelho” in *República*, N.º 583, 02.12.1922, p. 2. Nota: Joaquim José de Carvalho, figura de relevo na história palmelense, foi votado nas duas listas.

74 “Pela liberdade: O próximo acto eleitoral” in *República*, n.º 573, 24.08.1922, p. 1.

75 “Ao Povo Republicano do Concelho” in *República*, n.º 583, 02.12.1922, p. 1.

76 “Ao eleitorado republicano” in *República*, n.º 578, 19.10.1922, p. 1.

3. Notas Finais

No quadro político do pós-guerra, Setúbal viveu, num clima de reconciliação, a experiência da “Monarquia do Norte”, unindo operários e a elite liberal-republicana em prol da defesa de um regime com o qual os primeiros há muito estavam desiludidos. A lógica do caciquismo e o controlo partidário permitiu que evolucionistas e o PRP colocassem na órbita do poder local figuras do seu interesse aquando do retorno definitivo ao *statu quo* pré-sidonista. Do mesmo modo, continuava a afastar as classes populares de intervir no meio político por via do reduzido direito ao voto. A insurreição aliou socialistas, evolucionistas e “democráticos”, mas rapidamente a disputa política foi relançada com o advento das eleições legislativas e autárquicas de maio de 1919.

Apesar de possuírem fraca representação no seio da comunidade, unionistas e evolucionistas (mais tarde liberais) obtiveram êxito nas eleições para a Câmara dos Deputados, tendo a reputação das figuras de Joaquim Brandão e Jorge de Vasconcelos Nunes valido vitórias. No panorama municipal, o PRP triunfou nas duas ocasiões, assumindo os destinos da Câmara Municipal. Não obstante, verificou-se a consolidação do bloco que juntava liberais, sidonistas, monárquicos, reconstituíntes e outros sectores da direita. Este fora criado nas eleições de 1917 e, nas experiências de 1919 e 1922, saiu com as suas posições reforçadas. As negociações no xadrez político local, em particular à direita, abriram portas à vitória definitiva que Carlos Botelho Moniz obteve em novembro de 1925. Essa “lista do concelho” esteve na origem da primeira comissão administrativa nomeada pela Ditadura Militar.

4. Fontes

Primárias

a) Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT)

- Ministério do Interior
- Governo Civil de Lisboa

b) Arquivo Histórico-Parlamentar (AHP)

- Secção IX

Secundárias

Imprensa Local

Alvorada – quinzenário defensor dos empregados no comércio e indústria [1919-1922]

A Mocidade – folha quinzenal, literária e noticiosa [1919-1922]

O Defensor da República – semanário, órgão e propriedade do Grupo de Vigilância da República [1919]

O Setubalense – diário da noite [1919-1922]

O Trabalho – semanário da classe operária [1919-1921]

República – semanário, órgão oficial do Partido Republicano Português [1919-1922]

Semana de Setúbal – semanário da vida regional [1922]

Referências Bibliográficas

- Arranja, Á., 2009. *Anarco-Sindicalistas e Republicanos: Setúbal na I República*. Setúbal: CEB.
- Baiôa, M., 2010. Jorge de Vasconcelos Nunes. *Memória Alentejana*, Caderno Temático: O Alentejo e a 1.ª República, pp. 26-28.
- Costa, A. A., 2012. Setúbal republicana – quando as fábricas transbordavam de greves. Em Joana Dias Pereira, Raquel Varela e Ricardo Noronha, coord., *Greves e Conflitos Sociais em Portugal no século XX*. Lisboa: Colibri, pp. 61-72.
- Costa, A. A., 2011. *História e Cronologia de Setúbal: 1248-1926*. Setúbal: Estuário.
- Ferreira, D., 2017. *Setúbal e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*. Setúbal: Estuário.
- Ferreira, D., 2015. O jornal «A Restauração» (1918): os monárquico-integralistas de Setúbal. Em Fernando Andrade Lemos e José António Silva, *Telheiras: Cadernos Culturais*, n.º 8. Lisboa: Centro Cultural Eça de Queirós, pp. 114-125.
- Junqueiro, A., 2018. *Setúbal na segunda metade do século XIX (através das minhas recordações)*. Transcrito, comentado e anotado por Carlos Mouro. Agualva-Cacém: LASA.
- Marques, A. H. de Oliveira, 1978. *História da 1.ª República Portuguesa. As Estruturas de Base*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- Rosas, F., 2009. A República do Pós-Guerra. Em Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, coord., *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, pp. 409-410.
- Serrão, J. V., 1989. *História de Portugal*. Vol. XI, *A Primeira República (1910-1926)*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Valente, V. P., 1981. Os Conserveiros de Setúbal (1887-1901). *Análise Social*, vol. XVII, pp. 615-678.